

Cidadania: um tema possível no trabalho com vítimas de violência

*Adriana Massocato de Oliveira**

*Karina Pierrobon Caritá***

*Maria de Lourdes Gurian Ernesto****

Resumo

Este artigo apresenta o relato e análise de uma experiência desenvolvida no Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, um programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Trata-se de um grupo de cidadania realizado por profissionais da Psicologia e do Serviço Social dirigido a vítimas de violência. Apresentamos a metodologia utilizada na realização deste trabalho a partir de conceitos como violência, cidadania, protagonismo social, visão de sujeito, desejos individuais e coletivos, discutidos e problematizados num espaço grupal. Este dispositivo promoveu trocas de experiências e produção de novos laços a partir de diálogos que provocaram questionamentos e (re) posicionamentos. Esta experiência relatada a seguir tinha como objetivo principal ultrapassar a noção de cidadania tutelada e individualizada em direção a uma cidadania participativa, emancipatória e coletiva. Esta análise foi construída ao longo do processo grupal através de reuniões de planejamento e avaliação realizadas semanalmente. O grupo de cidadania, ao final de seu percurso, produziu um livro que apresenta narrativas de histórias reais a fim de sensibilizar e provocar questões sobre a violência e a violação de direitos a partir do ângulo de quem as vivenciou.

Palavras-chave: *Cidadania, Vítimas de violência, Metodologia de grupo, Direitos Humanos*

* Psicóloga no Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, mestranda no Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mail: dri-massocato@uol.com.br.

** Assistente Social no Centro Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, mestranda no Programa de Serviço Social da PUC-SP. E-mail: kpc@uol.com.br.

*** Psicóloga no Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI. E-mail: lgurian@gmail.com.

Abstract

This article presents the report and analysis of an experiment developed at CRAVI (Center of Reference and Support to Victims), a program of the Justice and Citizenship Defense Office. It concerns a citizenship group ran by psychology and social service professionals that is addressed to victims of violence. We present the methodology used on this job accomplishment based on concepts such as violence, citizenship, social protagonism, subject's perspective, individual and collective desires, which are discussed and outlined in a group setting. Such device has promoted the exchange of experiences and the development of new bonds from dialogues that have occasioned questioning and repositioning. The experience reported as it follows had as primary goal surpassing the notion of tutored and individualized citizenship towards a participative, emancipative and collective one. This analysis was constructed throughout the group process by means of weekly planning and evaluations meetings. At the end of its course the citizenship group produced a book in which they tell real stories with the purpose of touching and provoking the matter of violence and violation of rights from the perspective of those who have experienced them.

Keywords: .Citizenship .Victims of Violence .Group Methodology .Human Rights

INTRODUÇÃO

A idéia da construção de um Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI nasceu a partir das diretrizes inseridas no artigo 245 da Constituição Federal de 1988 e da construção, em 1997, do Programa Estadual de Direitos Humanos (PEDH) – em São Paulo, quando a criação de um Centro de atendimento às vítimas foi exigida pela sociedade. Assim, o então governo Mário Covas, com base em sugestão da sociedade civil por ele convocada, criou o CRAVI, que passou a funcionar em julho de 1998.

Da elaboração da metodologia participaram representantes de Universidades, Organizações não-governamentais, Secretarias de Estado e Procuradoria Geral.

O CRAVI é um programa da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. No período entre 2002 a 2007 o CRAVI também tinha como parceiro o Instituto Therapon Adolescência.

O CRAVI tem como missão: ser referência para ações e políticas públicas que visem superar os ciclos de violência e promover o reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes contra a vida, violência doméstica e sexual e oferece atendimento público interdisciplinar psicológico, jurídico e social. Em 2007 a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania inaugurou uma nova unidade do CRAVI no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

Como instituição que promove os Direitos Humanos o CRAVI considera o fato violento em sua dimensão pública, articulando à política, escutando e legitimando falas que, normalmente são relegadas a espaços privados. Com isto pretende-se que as vítimas acessem seus direitos no sentido de exercer sua cidadania e protagonismo social e que suas falas tenham valor de testemunho que, segundo Endo (2005) “são parte do conhecimento imprescindível nesse processo de reconhecimento e compreensão das violências, uma vez que sem eles corre-se o risco de produzir reflexões e ações genéricas, preconcebidas e mais violentas” (p. 290)

Diante de inúmeras violações de direitos e o fato disso ser uma constante nas falas dos usuários, o CRAVI propõe mais um dispositivo que busca pensar e repensar o lugar ocupado socialmente pelas vítimas, considerando o ocorrido como ato violento que afeta laços e contratos sociais de forma a dificultar ou até mesmo inviabilizar o exercício da cidadania e o protagonismo social.

Esse dispositivo recebeu o nome de Grupo de Cidadania e foi realizado pela primeira vez no ano de 2006.

HISTÓRICO DAS PRÁTICAS GRUPAIS NO CRAVI

O trabalho no CRAVI era feito primordialmente através de atendimentos individuais. Nestes, identificou-se demandas das pessoas atendidas por um espaço em que podiam tecer uma rede de apoio mútuo e partilhar suas experiências de perda e dor com outras pessoas que, por terem passado por situações semelhantes, poderiam reconhecê-las e legitimá-las.

Concomitante a isso, os profissionais perceberam a possibilidade de atender esses usuários no sentido de agregar os saberes das áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia propondo um trabalho em conjunto.

A partir do reconhecimento desta demanda, surgiu, então, em 2004, a idéia de realizar um grupo interdisciplinar que agregasse os saberes dessas áreas. Imaginava-se que a articulação entre estas três áreas agregaria valores que pudessem sustentar o dispositivo. O objetivo deste dispositivo seria, então: oferecer um espaço dialógico de escuta aos relatos dos usuários que, provocando questionamentos acerca de seus direitos e as violações destes, possibilitasse amarrar as experiências individuais ao campo coletivo ao promover um exercício de cidadania primordialmente fundado no diálogo.

O trabalho teria como eixo três grandes temas: *Identidade* - que abordava história de vida dos usuários a partir do fato violento que os trouxe ao CRAVI e seus desdobramentos; *Reconhecimento do Território* - provocando o exercício de conhecer e reconhecer os direitos e recursos sociais, de saúde, educação e lazer entre outros, de seus bairros com a perspectiva de acessar a rede de socialização que serviria de apoio às suas demandas e de sua família e *Direitos Humanos* - que era abordado através de exposições dos profissionais sobre os procedimentos legais e seus fundamentos considerando a violação sistemática dos Direitos Humanos pelo Estado e pelas pessoas em seu agir cotidiano como importante fator da violência urbana.

Outras propostas de atendimento em grupo foram surgindo com o objetivo de propor um espaço de aprendizagem coletiva através de informações, reflexões sobre si mesmo, articulação de ações coletivas e fortalecimento dos sujeitos no coletivo, buscando promover autonomia para construção de novas possibilidades de relações sociais. Em 2006, surgiu a idéia do grupo de cidadania.

GRUPO DE CIDADANIA

1 - População atendida e demandas que portam

Os casos de homicídios totalizam 90% da demanda atendida no CRAVI. Os sujeitos que procuram a instituição são principalmente mulhe-

res – mães e companheiras da vítima direta¹ – que têm entre 30 e 60 anos, residentes nos distritos periféricos das zonas sul e leste da cidade de São Paulo. Segundo o Atlas da exclusão social no Brasil, estes distritos apresentam índices preocupantes em relação ao contexto social, compreendendo: exclusão social, pobreza, emprego formal, desigualdade social, alfabetização, escolaridade, juventude e violência (Poschmann, 2003).

Estamos falando de uma população residente em locais onde os equipamentos públicos são escassos ou inexistentes, ou seja, muitas vezes desprovidos de meios para acessar seus direitos sociais, dificultando o exercício da cidadania.

Estes sujeitos estão constantemente expostos à “violência da sujeição à paisagem urbana inóspita que traz para o cotidiano todos os tipos de dificuldade, de transporte, de educação, de saúde, cultura e lazer; violência no interior da vida familiar; violência na dificuldade crescente de direito ao trabalho, cada vez mais especializado e discricionário; violência no imperativo de enfrentar filas para receber cartões alimentação, cartões vale gás, vale leite, depois de comprovar pobreza extrema; violência da exposição ao trabalho e à prostituição infantil; violência da ausência de perspectivas de vida; violência de classe, de raça e de gênero” (Oliveira e Pavez, 2003, p. 02).

A população atendida no CRAVI experimentou a violação de direitos de diversas formas. A partir deste recorte o norteador principal do trabalho do grupo de cidadania é provocar o sujeito a refletir criticamente sobre sua realidade expressa em sua história e em seu território.

Utilizamos o conceito de Soares (2000) sobre *violência simbólica, branca, ideológica*, que é resultado do sistema econômico e político vigente que perpassa todas as relações sociais, produzindo a desigualdade social e, conseqüentemente, a exclusão, como por exemplo, o desemprego, a corrupção, a falta de direitos básicos garantidos por lei etc.

Essa modalidade de violência é institucionalizada e muitas vezes impune, causando na população um sentimento de impotência e descrédito nas instituições públicas; influenciando o pleno exercício da cidadania.

1 Denominamos “vítimas diretas” os cidadãos que sofreram diretamente o ato violento como homicídio, latrocínio, ameaça contra a vida, violência sexual e doméstica. “Vítimas indiretas”, consideramos os familiares.

Este tipo de violência aparece nas falas dos usuários do CRAVI, ao relatarem seu cotidiano, nas relações sociais que estabelecem e, particularmente, quando falam sobre a trajetória vivida após o acontecimento do fato violento: os “maus-tratos” que recebem quando chegam às delegacias, o descaso com que são recebidos no IML, a falta de acesso aos procedimentos do Judiciário, entre outros.

As várias violências sofridas pelos sujeitos nos remetem à análise que Oliveira e Pavez (2003) fazem sobre o pensamento de Agamben – e sua discussão sobre o *homo sacer*. “A figura do *homo sacer* é aquela da exclusão, aquela a quem a lei nem atinge, tratando-a apenas como objeto de aniquilação, de extermínio. A vida perde seu caráter de sagrada para todos, e uma grande parcela da população recebe o atributo de *homo sacer*”. (p. 02)

Nos atendimentos realizados no CRAVI identificamos relatos dos usuários que nos remetem a essa análise. Mata-se por qualquer coisa, mata-se por nada, mata-se sem motivo. Os familiares se angustiam ao tentar entender esse ato violento e que lugar seu ente perdido ocupou no enredo do homicídio. Observamos muitas vezes que mesmo após receberem informações relativas ao processo criminal – e obterem uma resposta referente a concretude dos fatos – muitos familiares se lançam num processo de busca por uma solução que aplaque a angústia. Quando os familiares percebem que não há respostas ou soluções únicas e/ou definitivas abre-se a possibilidade de trabalho com a temática luto e elaboração e questionamentos sobre essa falta.

Os discursos endereçados ao Cravi apontam para dificuldade ou impossibilidade dos usuários em realizar algumas atividades cotidianas e/ou assumir novas responsabilidades. Os profissionais entendem que tais dificuldades encontram-se articuladas a experiência de violência vivida.

Nesses atendimentos os profissionais identificaram outras demandas dos usuários em relação a direitos sociais, como:

Trabalho, pois normalmente nos casos de homicídio a vítima direta era arrimo de família e a vítima indireta se vê na posição de se tornar a provedora, ou o usuário, após o fato violento afasta-se do trabalho por ter

medo de sair de casa quando sente-se ameaçado, ou por não poder se posicionar subjetivamente de forma a se responsabilizar por esta atividade, ou pelo abandono de trabalho por motivos de doença relacionados ao fato;

Habitação, quando o sujeito não consegue continuar vivendo na moradia que dividia com a vítima direta, seja por ter lembranças recorrentes desta e/ou do crime ou por sentir-se ameaçado;

Reconstrução de uma rede de apoio (instituições, vizinhança), pois o sujeito, na maioria das vezes, sente desconfiança em relação às instituições, o que pode ocasionar um entrave em relação à efetividade dos encaminhamentos externos, e, às pessoas de seu entorno social.

Informação sobre o funcionamento e a pertinência de algumas instituições como delegacias, Ministério Público, Conselho Tutelar, entre outras, já que muitas vezes o cidadão percorre um caminho no qual não obtém respostas às suas queixas e/ou demandas.

A partir dessas demandas identificadas nos atendimentos, pensou-se num novo dispositivo que as considerasse institucionalmente, no sentido de convidar o usuário a um exercício da cidadania e um protagonismo social.

2 – Dialogando com os conceitos

Para a efetivação de tal dispositivo os profissionais da instituição entenderam que o Serviço Social e a Psicologia teriam contribuições a fazer. Formou-se então, de forma interdisciplinar um grupo de trabalho que tinha como objetivo pensar numa metodologia, como operacionalizá-la e conceituá-la, para então efetivar esse dispositivo.

Após algumas reuniões este grupo de trabalho entendeu que precisava aprofundar alguns conceitos a serem trabalhados: violência e cidadania; protagonismo social; visão de sujeito; interdisciplinaridade e construção de espaços de trocas.

A. Violência e Cidadania

Frente à questão da violência o CRAVI posiciona-se de forma a considerar que esta afeta o cidadão em diversos aspectos: seus laços sociais,

sua subjetividade, seu corpo e reverbera na sociedade. Sociedade esta que contribui na perpetuação deste ciclo de violência, seja na forma de silenciamento, corrupção, na negação de direitos garantidos, quando não considera o outro enquanto ser humano em sua totalidade.

Muitas vezes, devido à investigação insuficiente, à falta de informações e respostas, à morosidade do Judiciário, ou outras questões subjetivas, alguns usuários atendidos no CRAVI relatam seu desejo de vingança – discurso muitas vezes apoiado por outros usuários do serviço e amplamente repetido por uma parcela significativa da população.

Isso nos remete ao pensamento de Endo (2005) ao tratar da violência policial e das visões de ordem e segurança da população: “imperam o anseio pela resolução imediata, e a valorização da reação emocional diante do crime. A emoção parece autorizar tudo”. (p. 33)

Quando imperam resoluções imediatas, soluções particulares, em âmbito privado, o exercício da cidadania fica relegado ao segundo plano, como se subjetividade e cidadania mantivessem uma relação de exclusividade. Quando instituições públicas, privadas e sociedade civil tratam a questão da violência de forma unilateral, unidimensional ou fragmentada, não há espaço coletivo que acolha, legitime e promova um protagonismo social.

B. Protagonismo Social

Um dos objetivos do Grupo de Cidadania é estimular a vivência do protagonismo social com o sentido de promover questionamentos sobre as formas de constituição dos laços sociais, o acesso às instituições e/ou redes de apoio e a circulação no próprio território ou comunidade, valorizando o contexto social e histórico dos cidadãos que sofreram violações de direitos.

Em todo o processo grupal utilizamos como método uma relação dialógica com o usuário, propondo intervenções que se dão a partir do diálogo construído entre o grupo. Para isso analisamos alguns pontos propostos pela teoria de Bakhtin, a partir das considerações de Marques (2001) sobre a *Interação Verbal*, que compreende a linguagem “a partir de sua natureza

sócio-histórica”, considerando fatores como contexto de fala, relação do falante com o ouvinte, momento histórico etc, tendo como direção que o diálogo já é um exercício de protagonismo social.

Nesse contexto pode-se obter novos produtos: um conhecimento diferente e inovador - que se constrói das reflexões a partir de uma informação transmitida -, constituição de laços sociais pela realização de prática dialógica e uma possibilidade de cada um pensar no seu lugar social. Tal intervenção incide, portanto, nas questões de alienação e responsabilização do sujeito, naquilo que se articulam com cidadania, posicionamentos e escolhas.

Legitimar esse momento de busca por informações, que muitas vezes está relacionada com a busca por direitos, pode ser considerado como oportunidade ímpar de resgate da cidadania iniciado por um processo de diálogo. Realizar esta análise opera uma passagem da singularização da violência sofrida para uma particularização histórica no plano social, ou seja, a maneira de inscrever tais experiências em um laço social é uma matriz importante para ultrapassar *o caso a caso*, e se dá pela identificação dos fios que alinhavam as diferentes situações individuais, assim como pela busca por precisar os elementos sociais definidores dessa violência. (Caritá, Furtado e Venditti, 2000). Realizar uma intervenção que contextualize seu lugar social, o momento histórico e seus desdobramentos, provoca o sujeito a se posicionar de outra forma e buscar alternativas coletivas.

C. Visão de sujeito

Esta metodologia tem como objetivo abordar principalmente construções coletivas, mas também valorizar a subjetividade dos sujeitos a partir do que ele deseja e nomeia como cidadania, entendendo esse sujeito constituído a partir do outro, da sociedade, da cultura. Buscamos assim, mobilizar os desejos singulares provocando-os em direção a uma coletividade.

A escolha feita ao trabalhar esta temática foi a de abandonar o par antinômico indivíduo *versus* sociedade e, concordando com Fernández (2006), realizar uma passagem desse critério “para uma operação conceitual que possa evitar uma ‘resolução’ reducionista e se permita *sustentar a*

tensão singular-coletivo. Singularidade descarnada de suportes corporais indivisivos; coletividade que nas ressonâncias singulares produz enodamentos-desenodamentos próprios. Singularidade e coletividade que, somente sustentando sua tensão, tornam possível pensar a dimensão subjetiva no atravessamento do desejo e da história”. (p. 56)

Portanto consideramos o sujeito na articulação entre a constituição e o papel da subjetividade em sua dimensão sócio-histórica. Nossa aposta foi de manter uma tensão questionadora constante a respeito dessa relação.

D. Interdisciplinaridade e construção de espaços de troca:

O CRAVI, ao longo de sua história, tem feito algumas escolhas por formas de gestão dos saberes: a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Para realizar o grupo de cidadania as profissionais optaram pela interdisciplinaridade, que sustenta o recorte das disciplinas, propondo um reconhecimento de seus limites e suas potencialidades, seus saberes e seus não saberes. Estes recortes evidenciam suas diferenças e promove uma tensão questionadora, campo fértil para interlocuções, articulações e problematizações que possibilitam a produção de conhecimentos de diversos relevos à altura da complexidade do fenômeno violência (Oliveira et al, 2006).

Desta forma, é importante ressaltar a dimensão ética da interdisciplinaridade, na medida em que horizontaliza as relações de poder, pois não significa justaposição nem sobreposição de saberes, também não anula a especificidade de cada campo de saber. Ela, antes de tudo, implica numa consciência dos limites e das potencialidades de cada campo de saber para que possa haver uma abertura em direção a um fazer coletivo (Oliveira et al, 2006).

Para que a proposta de trabalho do Grupo de Cidadania fosse possível havia a necessidade de compor um projeto que também pudesse incluir e dialogar com diversas áreas do conhecimento, com uma construção coletiva de planejamento e execução do trabalho. Uma proposta semi-dirigida com

a finalidade de abrir uma possibilidade de escolhas e aprendizagem que requer rearranjo de valores, ideologias e posições subjetivas, tanto para os profissionais, tanto para os integrantes do grupo.

3 – Da Teoria à Prática

Considerando a população atendida e os pedidos direcionados ao CRAVI, os profissionais puseram-se a refletir, em dinâmicas de grupo com os outros profissionais da instituição, e construíram a proposta de um dispositivo grupal, ou seja, um espaço coletivo que proporcionaria a circulação de discursos, a troca de experiências e provocaria para um (re) posicionamento frente ao outro, à sociedade. Desta forma acreditava-se poder convocar o sujeito a participar de seus problemas de forma ativa e cidadã, não assistencialista e nem tutelada.

A. Objetivo

Baseado nas reflexões acima apresentadas e na promoção dos Direitos Humanos e da cidadania foi feito um convite para uma vivência coletiva e cidadã considerando posições singulares que, no espaço grupal, reuniria diferentes saberes agregando ao saber proposto pelos profissionais o saber dos participantes do grupo, valorizando as perspectivas culturais e territoriais do sujeito. Isto posto, o objetivo foi promover a discussão e construção de um caminho possível para ultrapassar a noção de cidadania tutelada e individualizada em direção a uma cidadania participativa, emancipatória e coletiva.

B. Constituição do grupo

O grupo foi composto por três coordenadoras (duas psicólogas e uma assistente social) e por nove participantes, que perderam filhos, maridos ou outros familiares.

Estas coordenadoras tinham funções diferenciadas quanto ao seu papel dentro da dinâmica grupal. Uma profissional desempenhou o papel de observadora e outras duas profissionais tiveram os papéis de facilitadoras nas discussões e tarefas grupais.

As profissionais tiveram as seguintes funções: pré-selecionar temas para as tarefas do grupo, mediar discussões e promover diálogos que convocassem o grupo para pensar em suas potencialidades, posições subjetivas, lugares e laços sociais e escolhas, de forma pertinente em relação às demandas que os fizeram procurar o grupo. Além disso, a posição das coordenadoras era de criar condições para a gestão e produção coletiva, evitando cair na manipulação e na sugestão.

C. Reuniões de planejamento e avaliação

Para além do dispositivo grupal, foi criado um espaço de reuniões do grupo de trabalho com as coordenadoras para realização de planejamento e avaliação. O *planejamento* tinha como finalidade garantir a multiplicidade de recursos exigidos para cada encontro, baseado na estrutura do projeto e na avaliação dos encontros; o objetivo da *avaliação* era considerar as produções e/ou entraves emergentes da dinâmica grupal e as percepções dos profissionais.

D. Estrutura do projeto

Para realização deste grupo foi indispensável pensar o espaço grupal como um campo atravessado por fatores múltiplos: singularidades, momento institucional, momento sócio-histórico, expectativas, vulnerabilidade social, posições subjetivas, entre outros. O objetivo era promover responsabilização pela articulação destes múltiplos fatores de forma a consolidar recursos para a passagem de uma cidadania tutelada para uma cidadania ativa.

Neste sentido optamos trabalhar com a abordagem dos grupos operativos que, “com suas propostas de “aprender a pensar”, “romper estereótipos”, “elaborar as ansiedades ante a mudança”, criaram condições para

que as palavras e corpos sufocados nas hierarquias instituídas pudessem se pôr em movimento, ligar-se a outras formas sociais, criar novos sentidos para as práticas coletivas” (Fernández, 2006).

O projeto do grupo de cidadania baseou-se numa proposta de encontros semanais, com duração de uma hora e meia para cada encontro. O trabalho deu-se em 19 encontros agrupados em três módulos e teve início a partir de um convite feito através de um cartaz disposto na recepção, para que os usuários do CRAVI pudessem se inscrever para participar do grupo.

Os encontros foram delineados por objetivos (a função de cada encontro), por temas (a temática de trabalho aliada à função), por método (de que forma se contempla o objetivo) e um fechamento (o que ficou do encontro e das reflexões). Ao início de cada encontro, os participantes davam um nome ou título, para o encontro anterior.

Cada módulo contemplou um objetivo e uma etapa de desenvolvimento do grupo, sendo que o primeiro módulo teve como objetivo a apresentação dos sujeitos e de seu percurso nas instituições e no CRAVI, a formação de um contrato de grupo, a abordagem e reflexão sobre os desejos individuais e coletivos, a introdução da discussão do conceito de cidadania e a escolha do grupo por temas relacionados aos desejos coletivos. O segundo módulo contemplou as escolhas do grupo por temas e as formas destes temas serem trabalhados (dentro e fora do CRAVI). O terceiro módulo abordou o fechamento do processo grupal e a construção do produto, o livro de cidadania.

Além do desenvolvimento de reflexões e atividades nos encontros do grupo, os participantes tinham outras tarefas extra-grupo relacionadas ao temas abordados nos encontros e também receberam um caderno que teve uma função de *diário de campo*: os participantes tinham a escolha de anotar reflexões e observações que fizessem fora do espaço grupal para expô-las nos encontros seguintes.

A proposta de trabalho também contemplou tarefas como leitura de textos, vídeos, músicas, dinâmicas e técnicas específicas da psicologia como facilitadores para uma aproximação com os conceitos utilizados neste trabalho; os conceitos foram introduzidos pela coordenação e apresentados ao grupo no sentido de criar discussões e críticas, num espaço democrático.

O objetivo era viabilizar um caminho de escolhas, aliado à possibilidade de vivenciar um protagonismo, que teve início na própria configuração grupal, desdobrou-se em seu desenvolvimento no espaço externo na forma de visita a uma instituição e finalizou-se com a produção de um livro.

Uma das tarefas contratadas com os participantes, desde o início, foi de elaboração de um produto que representasse o processo grupal. Esta proposta foi sendo trabalhada ao longo dos encontros e realizada nas últimas semanas.

Esta construção representou para este grupo, um objeto com a função de contar histórias reais a fim de sensibilizar e propor para pensar a violência e a violação de direitos, do ângulo de quem a vivenciou. Na avaliação feita pelas coordenadoras este livro, que reconhece pública e socialmente os efeitos da violência vivenciada, foi entendido como um produto capaz de contribuir na sublimação individual e coletiva para a *não-resposta* diante do ato violento que produz sofrimento.

O processo do grupo e suas produções serão apresentados a seguir.

4. Relato da experiência

O convite à participação do grupo deu-se de forma pertinente às posições e conceitos propostos na metodologia de trabalho apresentada, como cidadania, diálogo, escolhas, entre outros.

Os sujeitos podiam ser encaminhados pelos profissionais da instituição após uma indicação e problematização do encaminhamento com o usuário, que poderia escolher participar ou não do grupo e também havia a possibilidade dos usuários do serviço inscreverem-se espontaneamente.

Descrevemos a seguir alguns pontos observados durante o processo grupal articulando com as avaliações feitas pelas três coordenadoras do grupo.

Os integrantes apresentam-se através do episódio da perda violenta, não falando seus nomes, idades, constituição familiar etc. Isto pode ser entendido como uma fala apropriada e endereçada ao recorte da instituição, mas também como a história possível a ser contada em tal contexto de vida.

Estas histórias-queixas foram escutadas, reconhecidas, problematizadas e contextualizadas, desde a perspectiva da vítima articulando-a as dimensões culturais e sociais dos valores e conceitos, abrindo a possibilidade de uma outra interação com o episódio violento, provocando um (re) posicionamento frente ao outro, à sociedade.

Falas sobre a perda violenta de um ente querido perpassam todo o processo do grupo, mas a aposta que as coordenadoras fizeram foi a de que essa história possível contada naquele momento pudesse ser recontada desde um outro lugar: o lugar de sujeito histórico, inserido em seus encaixamentos diacrônicos, ou seja, pertencente à determinada família, bairro, cidade, país, vivendo em determinada época.

Faz-se uma convocação a este sujeito para que repense e (re)aja a partir das articulações que o grupo e cada integrante do grupo foram construindo ao longo dos encontros. Articulações com os conceitos de violência, cidadania, direitos, protagonismo social, desejos individuais e coletivos (como descrito mais detalhadamente no tópico anterior e abordado em todo o documento) sempre pontuando e marcando a importância da participação, implicação e apropriação dos/nos temas e conceitos trabalhados.

No entanto informá-los e situá-los dentro desses conceitos e também com relação aos direitos não bastava. Pudemos notar que esses direitos eram pouco compreendidos, acessados e reconhecidos. Avaliamos que era necessário que os integrantes desejassem esses direitos e se movimentassem no sentido de garanti-los. A partir de todas as discussões (sobre a teoria e a prática) entendemos que se fazia urgente sair da passividade para que os direitos se tornem prática.

O grupo respondeu a esta convocação. Os integrantes mostraram-se interessados, questionadores, participantes e provocadores.

No entanto, o inesperado, aspecto inerente ao ser humano apareceu no processo do grupo. Mesmo que, os coordenadores pautassem o trabalho no projeto e nas amplas discussões (pontos essenciais que proporcionou o resgate em momentos de difícil manejo), surgiu algo que escapou ao projeto planejado:

- O que fazer com o fato de alguns dos integrantes permanecerem em silêncio em um grupo que convoca para um posicionamento frente aos outros?
- De que forma escuta-se e responde-se à demanda de vingança num grupo de cidadania, onde os princípios dos direitos humanos foram tomados como norteadores?
- Como manejar os relatos que provocam, ao mesmo tempo o horror e o fascínio?
- Como articular a dor, a violência, o trauma ao conceito de cidadania? Isto é possível?
- Como lidar com questões como: por quê? por quê comigo? por quê aconteceu isso na minha família?

Algumas dessas questões e muitas outras puderam ser trabalhadas pelas coordenadoras através das técnicas de suas profissões; outras ainda foram respondidas pelos próprios integrantes do grupo. Outras foram agrupadas e nomeadas em grupo como *sem-resposta*.

Não temos uma resposta única, pronta e suficiente para a violência, mas podemos pensar em alternativas para isso. O grupo de cidadania foi uma tentativa de construção de outros caminhos, outros olhares sobre a perda violenta.

O *sem-resposta* nomeado no grupo foi manejado como possibilidade de articulação da subjetividade (dor, trauma) a uma construção do laço social (manifestação, elaboração de um produto a ser apresentado à sociedade). E a escolha que o grupo fez na construção de um produto que os representasse para a sociedade foi um livro. Ao *sem-resposta* foi dada a resposta possível: o livro de cidadania.

Um livro contado pelos próprios usuários do grupo de cidadania dentro de um Centro de Referência e Apoio à Vítima dentro da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Cidadãos que se apresentam ainda através da perda violenta que sofreram, mas de forma diferente; mais fortalecidos em sua coletividade e mais responsáveis em suas relações sociais. A queixa individual tornou-se demanda e esta, uma questão coletiva, pois foi escutada, problematizada e legitimada dentro do contexto grupal e social.

Apreendemos que o livro, para os integrantes do grupo, simboliza o desejo de que suas histórias não sejam esquecidas, que suas vozes sejam escutadas e reconhecidas pela sociedade, seus familiares não sejam somente números ou estatísticas e falam:

“Há, neste livro, os relatos de famílias que sofreram com a perda de seus filhos, filhas e maridos. Todos têm em comum o desejo de justiça e buscam, nos encontros do Grupo de Cidadania do CRAVI, uma resposta para seus sofrimentos. Encontramos espaço para falar e ouvir, desabafar, aprender a lidar com os sentimentos, amparo, saídas para os problemas, orientações e desejos de dias melhores. Recebemos orientações sobre cidadania. Tudo isso contribuiu para dar força, esperança, qualidade de vida, ter otimismo, caminhar sem medo e ser cidadão”².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caritá, K. P., Furtado, M., Venditti, G. (2000). *Vítimas de homicídio e latrocínio na grande São Paulo: uma primeira aproximação do Serviço Social na discussão da violência*. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP.
- Endo, P. C. (2005). *Violência no coração da cidade. Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Fernández, A. M. (2006). *O Campo grupal. Notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marques, M. C. S. (2001). *Vozes Bakhtinianas: breve diálogo. Primeira Versão*, Porto Velho, ano I, (nº 36), ago. 2001, p. 02. Disponível em: <http://www.unir.br/numero036Celeste.pdf> Acesso em: jan.2008.

2 Texto produzido pelos participantes do grupo. Trata-se da apresentação do livro que produziram e que foi lançado em 2008.

- Oliveira, A. M. et al (2006). *Intervenção Interdisciplinar entre as áreas Jurídica, Psicológica e Social no CRAVI*. Comunicação apresentada no II Seminário do CRAVI, novembro de 2006, São Paulo, Brasil. Mimeo.
- Oliveira, I. I. M. e Pavez, G. A. (2003). *Guia de recomendações metodológicas para atenção aos familiares de vítimas fatais*. Resultado de pesquisa (não publicada) realizada no âmbito do Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social – PUCSP em parceria com o Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Governo do Estado de São Paulo e financiada pela FAPESP. Disponível na Intranet do CRAVI.
- Poschmann, M. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e Manifestação territorial*. São Paulo: Cortez.